

# CONEXÃO MIGRANTE

*A Voz do Povo em Movimento*



## Política

**Grito dos Excluídos: conheça história da mobilização que ocorre em toda América desde 1999 - p.4**



## Cidadania

# Projeto Migrar com Direitos busca colocar Política Nacional de Migração no centro da agenda sobre migração no Brasil - p. 7



## Cidadania

**CDHIC vai a Roraima mapear acolhida e inserção econômica de imigrantes venezuelanos - p. 8**



## Cultura

**“Para jogar futebol, não precisa falar português”**

Confira entrevista com Jean Katumba, idealizador da Copa dos Refugiados, que em 2018 chega a três estados brasileiros e terá final nacional - p. 10



## Cidadania

**Seminário reúne dirigentes sindicais do Norte para debater situação migratória na região - p. 9**

## Em Pauta

**Gols, gols contra e jogos à parte:**

o que aconteceu no cenário migratório e político internacional enquanto o mundo assistia ao futebol - p.3



## Cidadania

**CDHIC publica**

**Livro das Tendas**

para compartilhar metodologia do projeto “Tendas de Cidadania” e inspirar educadores e gestores públicos - p. 6



## Política

**“Migrar, resistir, construir e transformar”:**

saiba mais sobre a 8ª edição do Fórum Social Mundial das Migrações - p. 5

# Editorial

Em julho, o tema que dominou corações e mentes de todos os continentes foi, sem sombra de dúvida, a Copa do Mundo de futebol. Inserido nessa mesma aura esportiva, a edição 27 do Conexão Migrante se inicia com um artigo da ex-Ministra da Mulher e Desenvolvimento Social do Peru e atual presidenta da Rede Espaço Sem Fronteiras (ESF), Aida Garcia Naranjo Morales, mostrando como “futebol e política são duas coisas indissociáveis” e o golaço que as mulheres argentinas fizeram contra o machismo ao conseguirem aprovar na Câmara dos Deputados um projeto de lei que busca despenalizar o aborto. A imagem que ilustra o artigo de Morales foi feita especialmente pelo ilustrador Jozz para o Conexão Migrante.

Continuando os debates internacionais, a editoria de Política nos traz informações a respeito do Fórum Social Mundial das Migrações, que será realizado em novembro no Mé-

xico, sobre a reunião da Confederação Sindical das Américas em Buenos Aires que discutiu o protagonismo e proteção internacional dos trabalhadores migrantes e também sobre a rede africana Maghreb-Sahel, recém-criada para potencializar o alcance do continente africano na agenda global das questões migratórias. Em âmbito nacional, o destaque ficou para a 4ª edição do Grito dos Excluídos Continental que será realizada em outubro em São Paulo (SP).

Já alcançando o meio de campo do Conexão Migrante, as páginas de Cidadania trazem ações e projetos protagonizadas pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), com parceiros e apoiadores, que incidem diretamente no cenário nacional: a promoção do protagonismo e da participação social dos migrantes na regulamentação da Lei de Migração por meio do projeto Migrar com Direitos, que busca incidir prin-

cipalmente no artigo 120 da Lei 13.445, que trata da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, e ainda não foi regulamentado; o debate sobre a falta de políticas públicas para crianças e adolescentes migrantes nas escolas e a contribuição do projeto Tendas de Cidadania nesse cenário; o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil e as políticas de acolhimentos realizadas pelo governo brasileiro.

O CDHIC teve a oportunidade de visitar o estado de Roraima e verificar in loco as condições existentes nos abrigos e orientações para regularização migratória.

Depois de ultrapassar todos estes temas extremamente atuais e pertinentes no cenário migratório nacional, chegamos em Cultura, debatendo a comunicação migrante e seu papel na promoção de outras narrativas sobre as comunidades, diferentes das abordagens dos grandes meios de comunicação comerciais. E, por fim,

chegamos de novo ao começo dessa história, com a bola na cara do gol, falando de futebol: uma entrevista sobre a Copa dos Refugiados com o presidente da ONG África do Coração, Jean Katumba, mostra como o esporte pode ajudar na integração de brasileiros, imigrantes e refugiados no Brasil. É bom recordar, a seleção francesa, campeã da Copa do Mundo de 2018, tem um time composto em sua maioria por jogadores com origens extremamente diversas: há descendentes de Filipinas, Mali, Mauritânia, Senegal, Argélia, Itália, República Democrática do Congo, Haiti, Angola, Camarões, Guiné, Marrocos, Togo e Martinica e Guadalupe. Na sua maioria, são filhos de imigrantes que representaram a França no torneio mundial. Esta seleção multicultural, ao erguer a taça do mundo, deu o recado: “o futebol é uma linguagem universal” - e o ato de migrar também.



Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante

Rua Dr. Alfredo Ellis, 68 B, Bela Vista, São Paulo - SP

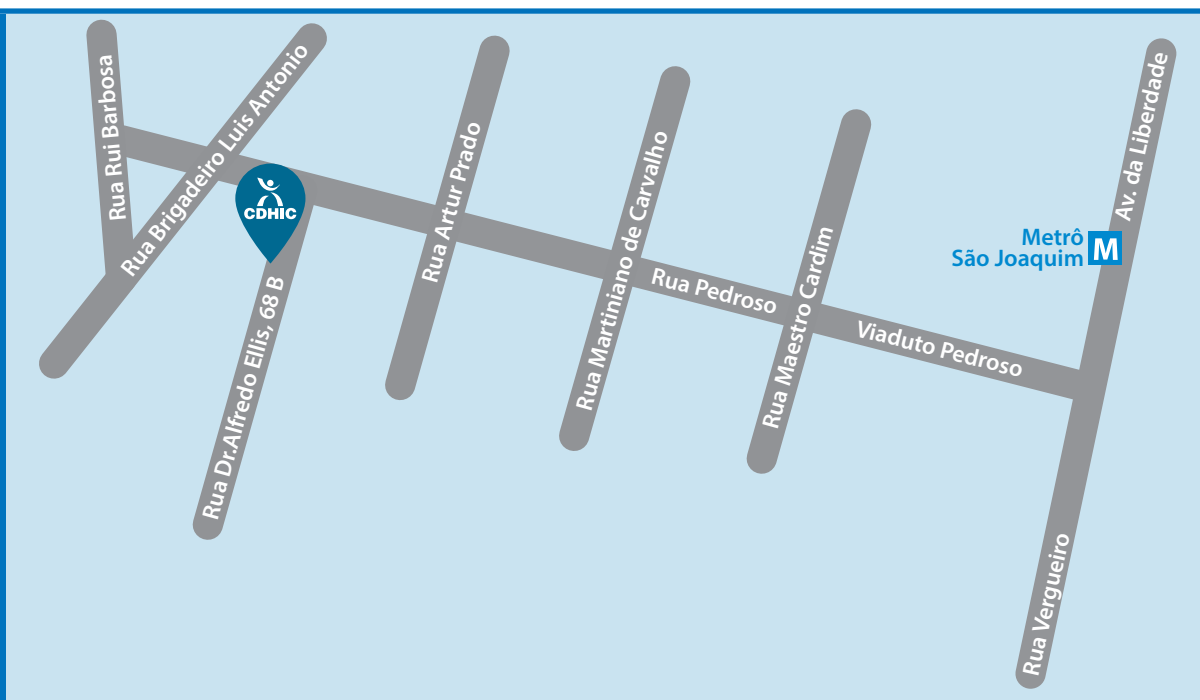
Horário de atendimento ao público:  
Segunda a Quinta, das 9h30 às 16h30



(11)95327-8158

(11)2384-2274

contato@cdhic.org | Curso de Português é oferecido em parceria com coletivo Conviva Diferente no CEU Jambeiro, Av. José Pinheiro Borges, 60 - Guaianases, São Paulo - SP, 08420-092



EXPEDIENTE

## CONEXÃO MIGRANTE

A Voz do Povo em Movimento

Julho/2018 - ano 7, número 27 | Tiragem: 2 mil exemplares

Coordenação Geral: Paulo Illes

Coordenação de Edição: Natália Natarelli

Distribuição e circulação: Equipe CDHIC

Designer: Guilherme Resende - guileresende@gmail.com

Fotografia: Arquivos CDHIC; Natália Natarelli

Colaboraram nesta edição: Aida Garcia Naranjo Morales, Gerardo Cerdas Vega,

Jozz, MigraMundo, Nathália C. Napolitano, Paulo Illes, Thais La Rosa

Conselho Diretor CDHIC: Gerardo Cerdas Vega, José Carlos Ribeiro Gimenes,

Luciane Udovic Luiz Bassegio, Oriana Jara, Seiti Takahama

Equipe CDHIC: Bruno Lopes, Eliana de Araujo Telles, Florencia Salmuni, Natália

Natarelli, Nathália Condé, Paulo Illes, Thais La Rosa, Truyitraleru Tappa

Gráfica: Mar Mar Gráfica



# TODXS SOMOS MUNDIALISTAS

## Gols, gols contra e jogos à parte

No dia 14 de junho, Vladimir Putin inaugurou a Copa do Mundo no estádio Luzhniki de Moscou, com 82.000 torcedores e afirmando que o mundo “será por algumas semanas uma equipe só” na bela e legendária Moscou. A competição tem concentrado todos os olhares na Rússia, o país anfitrião, mas em outras latitudes também estão em jogo assuntos que não podemos ignorar.

### Gols Contra

De forma simultânea a Copa, vídeos mostraram crianças e jovens em jaulas e gravações com crianças que choravam pelos seus pais, mães e tias, gerando ira mundial. Foram 2.300 crianças separadas dos pais na fronteira entre Estados Unidos e México entre 5 de maio e 9 de junho. Estima-se que haveria mais de 11.000 crianças nessa situação em 17 estados do país norte-americano. Como resposta, Trump assinou um “decreto” estabelecendo que as famílias migrantes “sejam detidas juntas”, em uma lógica de criminalização da migração e securitização das fronteiras.

Como falar em “gol triplo” dos Estados Unidos, México e Canadá, que foram escolhidos para sediar a Copa em 2026? Trata-se de uma área da nossa América onde a migração está na mira do governo.

Além disso, as lideranças da União Europeia buscaram reduzir a imigração, prometendo dobrar os esforços para punir quem chega à Europa e restringindo os movimentos daqueles que têm solicitado refúgio. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano 2017 foram 1.23 milhões de solicitações. O mar Mediterrâneo tornou-se um túmulo de migrantes.

Durante a Copa, também assistimos ao vergonhoso espetáculo da recusa da Itália em receber os 629 imigrantes do barco humanitário

“Aquarius”. A mão pesada contra a imigração e contra os ciganos continua: o governo italiano quer deportar 500 mil pessoas indocumentadas, es-



quecendo que os “sem papeis” não são “sem direitos”, e ameaça cumprir uma promessa acordada no programa de governo assinado junto com a formação Cinco Estrelas – tirar as crianças que não estão escolarizadas dos pais.

### Gol de Messi

Ainda assim, algo que não acontece com frequência, aconteceu. Na Argentina, viveu-se com entusiasmo coletivo o emocionante momento em que as argentinas aguardavam o resultado da votação da Lei de Aborto.

A mídia divulgou o que foi comemorado que nem gol de Messi. Assim descreve a cena o jornalista Diego Batlle do jornal La Nación depois da histórica jornada em que se deu um primeiro passo na direção do aborto legal e gratuito na Argentina.

O movimento feminista e popular argentino explodiu de emoção ao conseguir uma vitória histórica, depois que a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que busca despenalizar o aborto. Agora o debate vai para o Senado, mais conservador.

Ao longo das 24 horas que antecederam a sessão na Câmara, as grandes avenidas tingiram-se com mulheres de verde, cor insígnia da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal,

Seguro e Gratuito. O aborto na Argentina hoje apenas é permitido em casos de violação e quando a saúde da mãe está em risco.

O projeto estabelece que to-

do hospital será obrigado a efetuar a prática e será permitida a objeção de consciência às médicas e aos médicos. A igreja, por sua vez, procura “novas e criativas soluções” através de um projeto alternativo.

Na América Latina e no Caribe, 90% das mulheres em idade reprodutiva moram em países com leis de aborto restritivas. Em seis deles, a interrupção voluntária da gravidez é proibida em qualquer caso. Trata-se de: El Salvador, Honduras, Haiti, Nicarágua, República Dominicana e Suriname. Outros oito Estados permitem o aborto exclusivamente em casos nos quais a vida da mãe corre risco. Três países oferecem exceções para casos de violação e anormalidades graves do feto, como Brasil, Panamá e Chile.

No Peru, em outubro de 2016, foi apresentado ao Congresso da República o “Projeto de lei que despenaliza o aborto em casos de violação sexual, inseminação artificial ou transferência de óvulos não consentida e más-formações incompatíveis com a vida”. Essa iniciativa responde ao cumprimento de uma promessa de campanha das congressistas Marissa Glave e Indira Huilca do Movimento Novo Peru. Outros congressistas têm se incorporado à iniciativa: dois de Peruanos por

el Kambio e um do APRA. A proposta tem o apoio das principais ONGs feministas.

O projeto prevê também políticas públicas a favor da saúde sexual e reprodutiva das/dos adolescentes e a Educação Sexual Integral nas instituições educativas sob uma abordagem de igualdade de gêneros, direitos humanos, interculturalidade e como parte do conteúdo curricular.

Sem dúvidas, o projeto é rejeitado pelos setores mais conservadores, membros proeminentes do clero e da maioria fujimorista do Congresso no Peru.

### Despenalizar o aborto não é promover mais abortos, é evitar mais mortes de mulheres.

Paraterminarem #ModoFutebol, o capitão da seleção peruana, Paolo Guerrero, no meio da alegria de se integrar à seleção, recebeu a notícia da morte de Eyvi Agreda, jovem peruana de 22 anos que foi queimada viva por um homem assediador e depois feminicida. Ainda deu tempo para Paolo Guerrero postar no seu Facebook: “[O que aconteceu] deve doer em todos nós peruanos. Está na hora de parar a violência contra a mulher. Não podemos esperar que haja mais uma vítima. Trata-se de uma tarefa de todos. A tarefa mais importante que temos hoje.”

Para todos, o encontro mais difícil está chegando: ganhar da violência contra as mulheres e da alta taxa de mortalidade materna.

Agora é a nossa vez de ganhar a Copa contra o machismo. Fica mais claro que “Futebol e política são duas coisas indissociáveis”.

Por *Aida Garcia Naranjo Morales*, atual presidenta da rede Espaço Sem Fronteiras (ESF). Foi Ministra da Mulher e Desenvolvimento Social do Peru no governo de Ollanta Humala.

\*Este artigo é uma versão do original em espanhol também escrito pela autora para o Conexão Migrante. O texto original pode ser acessado em [www.cdhic.org.br](http://www.cdhic.org.br)

## Por Trabalho, Justiça e Vida - IV Edição da Mobilização Continental do Grito dos Excluídos/as São Paulo

Por **Gerardo Vega**, da Coordenação do Grito dos Excluídos/as Continental

### Histórico do Grito

O Grito dos Excluídos nasceu em 1995 no Brasil, como resultado da ação política de pastorais e movimentos sociais diante do empobrecimento, da violência e da injustiça históricas que vitimavam o povo brasileiro. Nasceu como uma forma de denúncia de todas as formas de exclusão e para anunciar a sociedade que queremos construir, baseada no pleno respeito dos direitos econômicos, culturais, sociais e políticos da população. Uma sociedade baseada na solidariedade e na inclusão e que não compactua com o lucro de poucos e com a miséria de muitos.

Em 1999, o Grito ganhou as Américas com a realização do 1º Grito dos Excluídos Continental “Por Trabalho, Justiça e Vida”. O Grito encontrou as gargantas dos que historicamente tiveram negada sua voz e irrompeu com força para denunciar a tragédia latino-americana e caribenha após duas décadas de hegemonia neoliberal no continente e seu rastro de violência e desigualdade. Em sua primeira edição, mais de 20 países realizaram ações de mobilização para denunciar a situação

do povo, incluindo os operários, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, as mulheres, os jovens, os povos indígenas e os migrantes, dentre outros.

O Grito nunca se propôs em ser uma ‘organização’ e sim uma mobilização auto-gestionária baseada na pedagogia do exemplo e no protagonismo dos e das excluídos/as, o que significa que ninguém fala ‘pelos’ excluídos, mas eles e elas são os protagonistas das ações. Desde a sua criação, o Grito buscou atuar como uma rede, conectando lutas e resistências através de articulações nacionais e uma coordenação continental. Eram os anos da Aliança Social Continental e da luta contra o ALCA, da Campanha contra a Militarização das Américas e do auge do Fórum Social Mundial. O Grito foi protagonista em todos esses processos e, em 2004, lançou o Fórum Social Mundial das Migrações, junto a entidades parceiras, evento que até hoje é o principal fórum mundial que debate a realidade das migrações do ponto de vista dos próprios migrantes.

Hoje, com o cenário de retrocessos no Brasil e em toda a região, vemos os nossos direitos à saúde, educação, moradia, trabalho, terra e território, igualdade de gênero e diversidade cultural, religiosa e

sexual, todos ameaçados e negados por governos golpistas ou neoliberais que se esforçam para favorecer os ricos e poderosos e submeter o povo à exclusão social. Não podemos permitir isso. Temos que fazer o Grito ecoar alto outra vez!

### Um Grito de solidariedade que une os povos

Por isso, é muito importante que o Grito dos Excluídos/as se mantenha como um espaço de convergência e expressão das lutas. Queremos que esse ano o Grito faça uma mobilização muito grande que seja uma demonstração da cultura, da luta e da solidariedade que une os povos, acima do Capital. Queremos que seja um momento de encontro de todos os Gritos, ou seja, de todas as demandas do nosso povo que busca uma vida melhor para si e para suas famílias, vizinhanças e comunidades. Queremos que seja o grito dos imigrantes, dos trabalhadores desempregados, da população em situação de rua, dos quilombolas, dos povos originários, das mulheres, dxs LGBTIQ. Um Grito por democracia, saúde, educação, dignidade. Um grito dos movimentos sociais que se solidarizam com as lutas de outros, membros de ONGs, pastorais



Cartaz do Grito dos Excluídos/as Continental 2018

sociais, enfim, todos aqueles que ainda lutam por trabalho, justiça e vida nesse país incrível que é o Brasil.

Que as vozes de todas as nacionalidades que convivem na cidade de São Paulo seja sentida como um grito de resistência e soberania.

O Grito dos Excluídos Continental chama para que todos e todas venham se juntar a esse ato de mobilização onde reafirmaremos que estamos aqui, que lutaremos por nossos direitos e que não vamos arredar o pé diante do retrocesso que pretendem nos impor como sociedade.

Por direitos sociais, pelo direito à saúde, ao trabalho, à moradia e à estabilidade migratória, todos juntos no Parque Dom Pedro (SP) no dia 14 de outubro de 2018 a partir das 10 horas.

## Rede Maghreb-Sahel lança plataforma na África para debater a migração no continente

### Rede africana buscou se fortalecer coletivamente para assumir um lugar real na agenda global das questões migratórias

Por **Paulo Illes**, coordenador do CDHIC

A Rede Maghreb-Sahel organizou de 5 a 7 de abril de 2018 um seminário africano sobre migração em Dakar, no Senegal. Como membro da Rede Espaço Sem Fronteiras e organização parceira do Comitê Católico Contra a Fome e Pelo Desenvolvimento (CCFD), o CDHIC participou deste grande evento organizado pela primeira vez pela rede Magrebe-Sahel em uma década de existência. Este seminário reuniu cerca de quarenta participantes da sociedade civil, pesquisadores, acadêmicos e funcionários do governo local da África Austral, Leste, África Central, Magrebe e zona da

CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), além da presença de participantes estratégicos da Europa e da América Latina.

O seminário teve como objetivo propiciar a troca de experiências e de práticas entre as diferentes organizações do continente para renovar o conhecimento sobre as migrações africanas, questionando, por meio do debate entre pessoas capacitadas e envolvidas com a pauta (migrantes, acadêmicos, investigadores, atores de campo, etc.), as práticas, políticas e questões de migração nos países e nas diferentes sub-regiões do continente.

A rede Maghreb-Sahel, bem como as

demais redes convidadas, buscará, através dessa troca, fomentar ações futuras da rede e da sociedade civil lançando as bases para uma plataforma continental em torno das principais questões da migração africana. Ao mesmo tempo, também envolvendo os atores da sociedade civil africana para se fortalecerem coletivamente para assumir um lugar real na agenda global das sociedades civis envolvidas em questões de migração.

Durante o seminário, foi lançado também um projeto de ação colaborativa entre a Rede Maghreb-Sahel e autoridades locais em torno dos prefeitos de duas cidades que são símbolos Agadez (Níger) e Gao (Mali) pontos

centrais para a migração no Magrebe.

Durante o seminário, ainda foram questionados a existência ou não de políticas migratórias nos diferentes países e regiões do continente africano, as características dessas políticas, suas apostas e também o papel que diferentes atores desempenham onde o processo está em andamento. Os debates revelaram a existência dessas políticas, embora fragmentada em diferentes países. Em alguns países, o processo está em curso e o debate se centrou na necessidade da sociedade civil influenciar o processo, de modo a ter em conta questões reais de migração em diferentes contextos.



## 8º Fórum Social Mundial das Migrações será realizado em novembro no México

São Paulo sediou a última edição que ocorreu em 2016 e reuniu mais de 3600 pessoas de 57 países



Mobilização pela aprovação da nova Lei de Migração no FSMM em 2016 em São Paulo (SP)

Por **Florencia Salmuni**, assessora de relações internacionais do CDHIC

A cidade de São Paulo se consagrou como a capital das migrações a partir da visibilidade que trouxe o Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) no ano 2016. A sétima edição do fórum teve como lema “*Migrantes construir alternativas para a desordem e a crise global do capital*” reunindo mais de 3.600 militantes, ativistas, acadêmicos de 57 países de todos os continentes na Universidade Zumbi dos Palmares, entre os dias 7 e 10 de junho de 2016. Nesta ocasião, a secretaria técnica do Comitê Local foi organizada pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), membro da rede internacional Espacio Sin Fronteras (ESF), que por sua vez é membro do Comitê do Fórum Internacional.

### Migrar, resistir, construir e transformar: a realização do 8º FSMM

A oitava edição acontecerá entre os dias 3 e 6 de novembro deste ano na Cidade do México. O lema foi escolhido a partir de um amplo processo, conduzido de forma virtual e presencial, junto a organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos sociais e migrantes de todo o mundo, mediante votação durante a Assembleia pública do Comitê Internacional do FSMM durante o Fórum Social Mundial realizado em março deste ano na cidade de Salvador, Bahia.

Sete eixos temáticos foram de-

finidos até o momento pelo Comitê Internacional do FSMM e pelo Comitê Nacional de Facilitação no México e seus vários grupos de trabalho. A partir destes eixos temáticos se organizam as atividades autogestionadas e as conferências principais.

1. Direitos humanos, laborais e sindicais, inclusão social, hospitalidade e mobilidade.
2. Realidades de fronteiras, muros e outras barreiras
3. Resistências, atores, movimentos e ações coletivas
4. A crise sistêmica do capitalismo e suas conseqüências para a migração
5. Migração, gênero e corpo
6. Migração, os direitos da mãe natureza, as mudanças climáticas e as disputas norte-sul
7. População de migrantes organizados e diásporas como atores de mudança



#### Como Participar?

A participação no FSMM é gratuita. Os prazos e formas de inscrição, a programação completa das conferências e das atividades autogestionadas serão divulgadas pelas redes sociais:

www.fsmm2018.org  
Facebook @ FSMM2018  
Twitter @ FSMM2018

## Protagonismo e proteção do trabalhador migrante são temas de reunião da CSA na Argentina

Grupo de Trabalho sobre Migrações levantou demandas laborais e sindicais para serem levadas nas reuniões do Pacto Global das Migrações e no 8º Fórum Social Mundial das Migrações



Participantes do Grupo de Trabalho Sobre Migrações da Confederação Sindical das Américas

Por **Paulo Illes**, coordenador do CDHIC

Nos dias 14 e 15 de maio, ocorreu na cidade de Buenos Aires, na Argentina, a reunião do Grupo de Trabalho Sobre Migrações da Confederação Sindical das Américas (CSA). O Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), como membro da Rede Espaço Sem Fronteiras, uma das organizações do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial das Migrações, participou ativamente da reunião. Entre os temas debatidos, destaca-se o papel do movimento sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores imigrantes frente ao Pacto Global de Migrações, a luta pela ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias e a participação no Fórum Social Mundial das Migrações.

### Pacto Global de Migrações

Durante o encontro na capital porteña, o movimento sindical produziu um documento intitulado “As Demandas do Movimento Laboral das Américas para o Pacto Mundial das Migrações” que elencou como reivindicações principais o respeito à voz e à participação coletiva dos trabalhadores por um processo de Pacto transparente, que garanta aos trabalhadores e trabalhadoras um lugar na mesa de negociações e a liberdade de reunião em sindicatos, associações e remuneração justa pelo árduo trabalho dos imigrantes.

### Convenção da ONU sobre a proteção dos trabalhadores migrantes

Adotada pela Resolução 45/158, de 18 de Dezembro de 1990, a convenção entrou em vigor em 1 de Julho de 2003 e é um documento que garante direitos aos trabalhadores imigrantes independentemente de sua situação migratória. Entretanto, a maioria dos países receptores de imigrantes não a ratificam. O Brasil segue a mesma posição dos Estados Unidos e de países da União Européia e, apesar de o Executivo ter enviado o documento para o Congresso Nacional, o debate continua estagnado por falta de indicação dos partidos de parlamentares que possam compor a comissão na Câmara Federal. Regionalmente, a maioria dos países ratifica a convenção, no entanto, faltam mecanismos de controle e de monitoramento da implementação do tratado, portanto, um grande desafio.

### Participação no VIII FSMM

Durante a reunião do Grupo de Trabalho foi sugerido à Secretaria Técnica do Fórum Social Mundial de Migrações a inclusão do tema laboral e sindical como um dos eixos temáticos. A proposta buscou, sobretudo, contemplar a possibilidade de aproximar cada vez mais os movimentos de migrantes dos movimentos sindicais abrindo espaço para práticas e trocas de experiências. Na Itália, por exemplo, a Central Geral de Trabalhadores Italianos (CGIL) possui práticas concretas de atuação junto a trabalhadores imigrantes e intercâmbios com movimentos de países da África do Oeste.



# Cidadania

## Projeto “Tendas de Cidadania” se encerrou em junho e buscou suprir a falta de políticas públicas para crianças e adolescentes migrantes nas escolas

Como resultado, o CDHIC publicou o “Livro das Tendas” para estimular educadores e gestores públicos a criar novas ações de combate à xenofobia

Por Natália Natarelli

Depois de dois anos de existência, o projeto “Tendas de Cidadania para Crianças e Adolescentes Migrantes” se encerrou em junho superando expectativas e deixando “O Livro das Tendas” como legado para futuras ações voltadas ao público infanto-juvenil migrante. O projeto do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) inicialmente pretendia atender 200 crianças e adolescentes, mas, no total, 348 foram atendidas - 74% acima do esperado.

Ao todo, foram 22 Tendas de Cidadania - 11 atividades em dois territórios por mês - realizadas de maio de 2017 a março de 2018 para crianças e jovens nas regiões do Brás e Canindé, na zona centro-leste de São Paulo. Por meio de atividades pedagógicas e lúdicas, o ‘Tendas’ buscou trabalhar a valorização da cultura e desconstrução do preconceito, favorecendo a prevenção da xenofobia e da discriminação contra imigrantes e descendentes.

No início de junho, o seminário “O papel da escola pública na inclusão de crianças e adolescentes migrantes” apresentou os resultados do Tendas de Cidadania e debateu com educadores e gestores públicos a temática da migração nas escolas. Para Paulo Illes, coordenador do CDHIC, “a questão da criança e do adolescente migrante é um tema que ainda carece de debate para construção de políticas públicas específicas, de iniciativas concretas, por isso trabalhar nessa área é um grande desafio”.



Crianças criaram os desenhos que compuseram a “fitinha infinita”



Ilustradora Laura Teixeira mostra “fitinha infinita” para crianças

Foi buscando justamente preencher esse espaço que o Tendas de Cidadania foi criado: “O mais importante foi trazer para o debate como as crianças imigrantes e refugiadas têm sido acolhidas pelo sistema de educação público e como os professores têm lidado com a questão da xenofobia e a interculturalidade dentro de sala de aula”, explicou Bruno Lopes, coordenador do ‘Tendas’. Durante o seminário, a secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Eloísa Arruda, enfatizou a importância de projetos que promovam espaços de debate e de aprendizado sobre a inclusão de crianças imigrantes nas escolas públicas. “Todos nós paulistas temos um imigrante logo aqui: são os nossos pais, os nossos avós, este é o nosso papel: continuar acolhendo, incluindo, respeitando e reconhecendo as diversidades culturais, porque elas também fortalecem, não só o Brasil, mas o continente americano. Elas nos fortalecem”, comentou Arruda.

### Transformação e legado

“Na nossa escola, 80% da comunidade são de crianças imigrantes ou filhas de imigrantes, [principalmente] bolivianos, nigerianos, angolanos, além dos brasileiros. As ‘Tendas’ trabalharam



Equipe do projeto Tendas de Cidadania e parceiros no seminário de encerramento em junho

questões como bullying, xenofobia e valorização do indivíduo”, comenta Edna Macedo, vice-diretora da Escola da Família na EE Domingos Faustino Sarmiento, uma das instituições que recebiam as tendas mensalmente. A vice-diretora comenta que percebeu mudanças no comportamento dos alunos durante o projeto: “quando eu cheguei na escola, não tinha quadra [de esportes] e me falaram que, quando a quadra começasse a funcionar eu teria que separar horários diferentes para bolivianos e brasileiros jogarem futebol”, explicou. “Só que a partir das atividades do Tendas, isso mudou. As próprias crianças e adolescentes chegam e se organizam para o futebol misturando todo mundo: imigrantes e brasileiros. Não tem mais isso de marcar horário separado. Eles jogam e brincam todos juntos”, contou Macedo.

Além das atividades com as crianças, no projeto também foram feitas reuniões com os professores e equipe pedagógica das escolas. “Nós levamos materiais educativos e partilhamos algumas práticas vistas em outros esco-



Eles (brasileiros e imigrantes) aprenderam a conviver juntos”, conta Edna Macedo da EE Domingos Faustino Sarmiento

las para o corpo de professores, como as circulares e cartazes em outras línguas (indicando banheiro, salas, auditórios, etc), debatemos como envolver os próprios alunos no acolhimento das crianças imigrantes, entre outras atividades”, explicou Bruna Peneluppi Mello, educadora do Tendas de Cidadania.

### Livro das Tendas

No seminário, foi lançado o Livro das Tendas, publicação que compartilha as atividades e resultados do projeto. “O livro é uma produção para os educadores, que mostra as nossas experiências nas Tendas, a metodologia utilizada, como trabalhar certos conceitos com as crianças a partir de atividades lúdicas”, comentou Mello.

As ilustrações do livro são de crianças atendidas pelo projeto e foram realizadas na tenda “Escultura de Fita Infinita” em março deste ano pela artista Laura Teixeira. O Livro das Tendas está disponível para download gratuito no site do CDHIC ([www.cdhic.org.br](http://www.cdhic.org.br)) para inspirar futuras ações de combate à xenofobia e respeito à diversidade.

### TENDAS DE CIDADANIA EM NÚMEROS

**348** crianças e adolescentes

**67** crianças entre 0 e 5 anos

**233** crianças entre 6 e 12 anos

**48** crianças e adolescentes entre 11 e 18 anos

**No total, foram aproximadamente:**

**52,6%** meninas

**47,4%** meninos

**Por localidade, foram:**

**155** crianças atendidas na Feira Kantuta

**193** crianças atendidas na Escola Estadual Domingos Sarmiento e no Centro Integrado do Imigrante



# Projeto Migrar com Direitos visa promover o protagonismo e a participação social dos migrantes na regulamentação da Lei de Migração

Por **Natália Natarelli**

Desde o início de 2018, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) desenvolve o projeto **Migrar com Direitos**, que busca promover iniciativas e ações de participação social da sociedade civil - especialmente de migrantes e pessoas em situação de refúgio - no acompanhamento, na regulamentação e na implementação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445).

O Migrar com Direitos já promoveu duas rodas de conversa com migrantes e refugiados, uma em março e outra em junho, e um seminário, também no mês de junho, com o objetivo de levar informação sobre a nova lei às comunidades migrantes, criar espaços de escuta e debate e levantar demandas sobre a regulamentação da lei, especialmente aquelas referentes ao estabelecimento de uma Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, prevista no artigo 120 da Lei 13.445, que ainda não foi regulamentado. “Até o momento, o CDHIC tem feito um trabalho de base junto às comunidades migrantes que têm participado e têm se tornado cada vez mais conscientes dos desafios da construção de uma política pública, além de contribuírem com subsídios para que a gente tenha uma Política Nacional de Migração na qual a voz dos



migrantes seja ouvida”, comenta Paulo Illes, coordenador do CDHIC.

Dentro do mesmo projeto, o CDHIC também articulou uma carta (disponível em nosso site) com a assinatura de 49 organizações da sociedade civil com proposta de regulamentação do artigo 120, que foi entregue no Fórum de Participação Social do Conselho Nacional de Migração (CNIg) realizado em maio em São Paulo e também a representantes da Casa Civil em Brasília (DF) em junho. “O artigo 120 define e estabelece os princípios para uma Política Nacional de Migração. É o que faria com que tivéssemos uma política articulada com as devidas responsabilidades instituídas entre os entes federados”, explica Illes. “Esse artigo poderia também criar um sistema de participação social que fosse tanto estrutural, formal, como o Conselho Nacional de Migração, bem



Seminário Direitos Trabalhistas e Participação Social na Nova Lei de Migração ocorreu em junho de 2018 na Universidade Mackenzie

como outras instâncias participativas como conferências, fóruns, entre outros”, completa.

O CDHIC tem estabelecido um diálogo também com as instâncias decisórias do governo federal, como a Divisão de Imigração do Itamaraty, o Conare, o Conselho Nacional de Migração e também dialogado com organizações internacionais. O Migrar com Direitos ganhou abrangência nacional com participação do núcleo do CDHIC na Bahia e parceiros no Paraná, Rio de Janeiro, Brasília e em Roraima.

## Como participar

É possível participar do Migrar com Direitos comparecendo às nossas atividades. Elas são gratuitas e divulgadas previamente em nosso site e redes sociais. Os materiais do projeto – folder e adesivo – também estão disponíveis para download gratuito.

**Site:** [www.cdhic.org.br](http://www.cdhic.org.br)

**Facebook:** /centrodedhecidadania.doimigrante

**Whatsapp:** (11) 95327-8156

# Amparo familiar e rede social local podem ajudar crianças que sofrem traumas durante a migração

Por **Thais La Rosa**, Mestre em Resolução de Conflitos Interpessoais e Interculturais pela Portland State University e articuladora comunitária do CDHIC

A separação traumática de crianças e adolescentes imigrantes de seus pais e familiares, realizada pelo governo norte-americano na fronteira com o México, pode acarretar nelas traumas que vão exigir cuidados de pais, familiares e educadores para serem devidamente superados. Mas é importante considerar que todas as crianças e adolescentes podem estar sujeitas a algum tipo de efeito psicológico ou emocional quando migram – ainda mais quando esta migração é feita sem preparo, comum em fluxos migratórios que surgem de crises econômicas, humanitárias, conflitos, guerras ou mesmo desastres ambientais.

Para a criança e o adolescente, emigrar envolve passar por um processo de ruptura com amigos e colegas, família estendida, escola, comunidade, cultura e, muitas vezes, com a língua. Assim como os adultos, as crianças e adolescentes migrantes esperam encontrar melhores condições de vida e oportunidades no país de destino. Entretanto, o contraste entre expectativa e realidade pode gerar angústia e ansiedade. Além disso, emigrar pode ser uma experiência arriscada e perigosa para crianças e adolescentes, uma vez que há a possibilidade de serem expostos, ainda durante o trajeto, ao terror da exploração, coação, violência e isolamento.

É importante destacar que o principal mecanismo de enfrentamento que uma criança possui é o amparo e a proteção de seu cuidador. Se esse cuidado e essa proteção são removidos, ainda

mais de uma forma tão brusca e imprevisível, o estresse se amplia de tal forma que a criança pode sentir que não possui nenhum recurso disponível para se acalmar e para enfrentar a situação. Assim, podemos pensar que uma criança nesta situação sofreria efeitos psicológicos e emocionais profundos e de efeitos duradouros, tais como ansiedade, depressão ou transtorno de estresse pós-traumático.

Pais e educadores precisam estar atentos aos sinais emitidos pela criança quando algo não vai bem: baixo aproveitamento escolar, isolamento, tristeza, mudança brusca no apetite, dor de barriga, dor de cabeça, enurese, encoprese, hiperatividade e agressividade.

Para que um trauma como este possa ser elaborado, é fundamental que exista amparo familiar. A família deve

fornecer espaço para a comunicação sobre temas relacionados ao trauma vivido e ao luto de tudo o que foi deixado no país de origem. A construção de uma rede social local (amigos, professores, membros da comunidade de origem e destino) à qual a criança e o adolescente possam se integrar, também pode contribuir positivamente para a saúde emocional e psíquica da criança migrante.

Por fim, a avaliação e o acompanhamento de profissionais da área de saúde mental, tais como psicólogos e psiquiatras (estes para quando houver necessidade de medicação), pode contribuir enormemente no processo de elaboração do trauma e do luto e no restabelecimento da saúde psíquica e emocional da criança e do adolescente que passaram por este tipo de situação.



# Cidadania

## Nas filas de atendimento e nos abrigos em Roraima, venezuelanos reclamam de fome, falta de água e de trabalho

Por Natália Ntarelli  
e Nathália C. Napolitano

O movimento transfronteiriço entre o Brasil e a Venezuela aumentou nos últimos anos como reflexo da conjuntura venezuelana – de alta inflação, racionamento e escassez de alimentos e um disfarçado embargo econômico internacional. Com isso, diversos venezuelanos passaram a buscar novas oportunidades em países vizinhos como Brasil.

Em Pacaraima, no estado de Roraima, está localizado um grande posto de atendimento para receber este fluxo migratório que conta com a presença de diversas entidades, governamentais e não-governamentais, focadas em garantir o acolhimento dos migrantes a partir dos direitos e serviços básicos, como documentação e saúde. Entre elas estão representações do Exército, da Polícia Federal, da Receita Federal, da Secretaria de Saúde Municipal de Pacaraima, da Organização Internacional para Migrações (OIM) e do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).

A equipe do CDHIC, juntamente com membros do AFL-CIO Solidarity Center, da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em viagem a Roraima entre 11 e 16 de junho, visitou esse posto de atendimento e pode compreender que a ação na fronteira ainda precisa ser melhorada: há longas filas de espera para o atendimento em todas as entidades, não existe atendimento preferencial e nem o fornecimento de água e alimentos para os migrantes.



Fila de abrigo masculino em Boa Vista, capital de Roraima



Fila de espera para atendimento em posto na cidade de Pa

### Solicitação de Refúgio e Pedido de Residência

A visita do CDHIC se estendeu também aos abrigos do ACNUR e do Governo Estadual de Roraima, nos quais o Exército colabora com a logística de segurança e alimentação. Ao conversar com a população migrante que está vivendo nestes abrigos, percebe-se que a solicitação de refúgio é pré-requisito para conseguir essa moradia e proteção, ainda que a maior parte dessas pessoas tenha deixado a Venezuela em busca de trabalho. De acordo com estudo feito, entre janeiro e março deste ano, pela Organização Internacional para as Migrações das Nações Unidas (OIM) com uma amostra de quase quatro mil pessoas, 67% dos migrantes informaram que a principal razão para ter deixado a Venezuela é econômica e laboral.

No Brasil, a análise da solicitação de refúgio demora entre dois a cinco anos para ser analisada, fazendo com que, na maioria das vezes, o solicitante tenha somente o protocolo do processo como documento durante esse tempo, o que dificulta a abertura de contas bancárias, ingresso no sistema de ensino público e nas universidades,



Equipe do CDHIC e do AFL-CIO Solidarity Center conhece comunidade venezuelana acolhida em igreja em Boa Vista (RR)

atendimento no SUS, entre outros, mesmo que o governo brasileiro já considere o protocolo válido para o acesso a esses serviços.

No entanto, também existe a possibilidade de permanência pela Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018, específica para “nacional de país fronteiro, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados”. Por essa via, ao protocolar o pedido na Polícia Federal, é emitido no momento de solicitação o Registro Nacional Migratório, um documento de identidade que garante cidadania e os direitos básicos dos migrantes, incluindo saúde, trabalho e educação – e mais especifica-

mente, o direito de revalidar o seu diploma e cursar universidades públicas.

### Improviso

É importante relatar também o tratamento que os nacionais venezuelanos estão tendo dentro dos abrigos: são barracas erguidas em chão de terra batida, banheiros improvisados em containers e comidas prontas e frias servidas todos os dias, sem variedade. Em conversas com os migrantes, foram levantadas diversas demandas, sendo as mais expressivas a fome e a falta de trabalho.

Tal como acontecera com o fluxo de haitianos, a partir de 2011, o Brasil novamente improvisa na busca de uma solução para a situação dos





Pacaraima, em Roraima, próxima à fronteira com a Venezuela

venezuelanos. “Se o Brasil tivesse uma verdadeira política migratória, efetiva e aprofundada, preventiva de grandes fluxos, haveria um procedimento a ser seguido e não precisaria agir às pressas, sem planejamento e de forma tão onerosa.” Essa é a opinião da professora Tatyana Scheila Friedrich, da UFPR, que acompanhou a missão em Roraima.

A regulamentação do artigo 120 da Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445) pode ser um dos caminhos para coordenar melhor estes grandes fluxos migratórios, porque estabelece uma Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia integrada entre todos os entes federativos e a sociedade civil. “Dividindo a responsabilidade de gestão dos fluxos migratórios, sempre com garantia de respeito aos direitos humanos, é possível criar uma política pública mais eficaz e menos onerosa a estados e municípios com poucos recursos. Estabelecendo isso em lei, previamente, podemos estar mais preparados quando outros fluxos migratórios surgirem”, explicou Paulo Illes, coordenador do CDHIC.

## CDHIC e organizações parceiras vão a Roraima mapear acolhida e inserção econômica de imigrantes venezuelanos

Por *Nathália C. Napolitano*

Entre 11 e 16 de junho, membros da equipe do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), em parceria com a AFL-CIO Solidarity Center, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizaram viagem conjunta às cidades de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima, com o objetivo de mapear a situação do acolhimento e de inserção socioeconômica dos migrantes venezuelanos com os órgãos públicos e as entidades envolvidas nos temas dos direitos humanos, migração e trabalho decente da região, além de desenvolver atividades com organizações sindicais ligadas à UGT.

O grupo visitou os abrigos organizados pelo ACNUR composto, majoritariamente, por solicitantes de refúgio e refugiados, os abrigos organizados pelo Exército com migrantes de origem indígena warao, a Universidade Federal de Roraima e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que também possui um serviço de atendimento em relação à documentação e ao refúgio. Ainda, foram realizadas reuniões com a Secretária da Saúde do Município de Pacaraima e com a representação da Organização Internacional para Migrações das Nações Unidas (OIM).

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até final de 2017 existiam 30.000 venezuelanos no



Seminário Por um Brasil Sem Fronteiras e Sem Xenofobia



Palestrantes e público compuseram seminário diversificado e representativo em termos de gênero

Brasil em diversas situações migratórias. Hoje, entidades e organizações responsáveis pela acolhida em Roraima estimam que este número já tenha dobrado.

### Dirigentes sindicais do norte debatem situação migratória na região

Nos dias 11 e 12 de junho foi realizado, em Boa Vista, o Seminário Por um Brasil Sem Fronteiras e Sem Xenofobia, que reuniu dirigentes sindicais associados à UGT de Roraima, Amazonas, Pará e Maranhão, representantes de órgãos públicos, de organizações das Nações Unidas, jornalistas, professores, ativistas e migrantes, principalmente de origem venezuelana. Especialistas abordaram e discutiram temas-chave para a

região como a conjuntura migratória do Brasil, a nova lei de migração, as políticas públicas voltadas para migração e trabalho decente, e os sistemas de organização sindical latino-americano e estadunidense.

Venezuelanos e venezuelanas, inclusive migrantes de origem indígena warao, foram convidados para compor o seminário dando os seus depoimentos sobre sua vida anterior e posterior à migração e ao tratamento que estão recebendo em Roraima.

### Resultados e monitoramento

Como conclusão desta ação, publicaremos um Informe sobre nossas atividades, percepções e perspectivas de atuação na região de forma online em nosso site: [www.cdhic.org.br](http://www.cdhic.org.br) e em nossa página do Facebook.



# Cultura

## “Para jogar futebol, não precisa falar português”

Copa dos Refugiados mostra como a linguagem universal do esporte pode ajudar na integração

Por Natália Natarelli

A Copa dos Refugiados é um evento idealizado pela ONG África do Coração com o objetivo de integrar refugiados e imigrantes à sociedade brasileira e, com isso, diminuir o preconceito e promover o respeito e a solidariedade. Nesta entrevista, Jean Katumba, refugiado congolês e presidente da ONG África do Coração, conta ao **Conexão Migrante** como surgiu o evento e como o futebol pode ser um caminho contra o preconceito e a favor da integração.

### Como surgiu a ideia de fazer uma “Copa dos Refugiados”?

Quando tivemos a ideia de fazer a Copa dos Refugiados, víamos que no Brasil as pessoas falavam sobre os refugiados que moravam na Europa e pensamos que podíamos fazer alguma coisa para que os brasileiros falassem dos refugiados que estão aqui.

### Então foi para trazer visibilidade?

Exatamente. A Copa veio para trazer visibilidade aos refugiados.

### Podem participar imigrantes também ou apenas refugiados?

A ONG tem o objetivo de lidar contra o preconceito e a discriminação e percebemos que refugiado ou imigrante, você é tratado do mesmo jeito no Brasil. Então não poderíamos deixar de



Neste ano, a Copa dos Refugiados será realizada em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro e terá, pela primeira vez, uma final nacional



Jean Katumba, presidente da ONG África do Coração

lado os imigrantes, porque a dor deles é também a nossa dor.

### Como funciona a seleção dos jogadores de cada time?

As seleções são compostas por jogadores do próprio país. Então, quando a Síria joga, são sírios que estão em campo. Quando é o Congo, são congoleses. É isso que mostra a confraternização dentro da comunidade e fora da comunidade. A gente não faz o time. Os times são gerenciados pelas comunidades. Nós fazemos o papel de organizar o evento.

### E como o esporte pode ser benéfico para um imigrante ou refugiado que chega num país novo?

O esporte, falando da Copa, do futebol, é um meio onde não tem discriminação, que junta todas as comunidades. Para

jogar futebol, não precisa falar português, não precisa rezar na mesma igreja, não precisa ser branco ou negro, não precisa estar no mesmo partido político. O futebol consegue ultrapassar os limites que foram criados pelo capitalismo.

### Você sente que esse evento conseguiu contribuir para diminuir o preconceito, tanto entre os próprios migrantes, aproximando as comunidades, como entre os brasileiros?

Sim. No meio da Copa a gente consegue levar brasileiros para serem torcedores dos refugiados. Com isso estamos provocando uma integração. Sabemos que é difícil, mas estamos mostrando para o brasileiro que é possível torcer para o refugiado, dar uma chance a ele.

### Nos últimos anos o torneiro se expandiu para outros estados. Você pode contar um pouco dessa trajetória?

A Copa começou em São Paulo em 2014. Depois, no ano passado, fizemos o possível para levar o evento para outro lugar e a primeira cidade que estava com as portas abertas foi Porto Alegre (RS). Foi muito bacana, porque a participação do povo gaúcho estava muito

forte. Eles realmente abraçaram a Copa. Foi a primeira vez que realizamos jogos numa arena como a do Grêmio. Hoje, a Copa está acontecendo em três cidades: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS). Também temos interesse de Salvador, Recife e Brasília em realizar o evento.

### Além das edições estaduais, há uma final nacional também?

Sim, ela ocorre em São Paulo.



### CALENDÁRIO - COPA DOS REFUGIADOS 2018

PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	BRASIL (finais)
• Dia 02/06 Jogos eliminatórios Estádio Passo D'Areia	• Dias 25 e 26/8 Jogos eliminatórios Estádio Jack Marin	• Dia 4/08 Jogos eliminatórios Estádio São Januário	• Dia 28/09 Jogos eliminatórios entre os campeões estaduais Estádio Jack Marin
• Dia 03/06 Jogos finais Estádio Beira-Rio Internacional	• Dia 2/9 Jogos finais Estádio Pacaembu	• Dia 5/08 Jogos finais Estádio Olímpico Nilton Santos	• Dia 29/09 Final Estádio Pacaembu
• Dia 06/10 Coletiva de Imprensa encerramento (resultados da Copa) – Auditório ONG África do Coração			



**Os eventos são gratuitos?**

Sim, são gratuitos. Apenas em Porto Alegre pediram para cobrar R\$10,00, porque de última hora tivemos que mudar os jogos para o estádio do Beira-Rio.

**Você se inspirou em algum projeto similar que ocorre em outros países?**

A inspiração foi mesmo a Copa do Mundo de Futebol, quando o evento foi realizado no Brasil. Vimos que tinham pessoas que apoiavam que o mundial acontecesse aqui e outras não e que a Copa levantava a nação brasileira. E pensamos que se nós [refugiados] também pudéssemos jogar, teríamos acesso a essa “mágica”. Poderíamos fazer com que os brasileiros olhassem pra gente. E então decidimos investir no futebol, porque é algo que mobiliza as pessoas no Brasil.

**Há mais alguma informação que você gostaria de falar nesta entrevista?**

Eu gostaria de falar que o futebol é uma linguagem universal. Dentro do futebol, tem tempo para todo mundo. Ele tem aspectos práticos: dois times e a torcida. As torcidas são incapazes de fazer gol. Já o jogador é obrigado a fazer gol. E o que fica como mensagem é que na vida não tem que se intimidar, tem que ser como um jogador, que tem 45 minutos para fazer gol. Com o futebol a gente mostra para os refugiados que o Brasil não é fácil para os brasileiros e nunca será fácil para a gente. Tem que aprender a entrar em campo e fazer gol. Porque, quando ele faz isso bem, levanta a bandeira do refúgio para a sociedade. E quando ele faz algo ruim, quebra essa mensagem. Isso para falar que futebol é uma linguagem de educação, de respeito, e da vida. Por isso nós escolhemos o futebol e realizamos a Copa dos Refugiados.

## Plataforma cataloga veículos de comunicação das comunidades migrantes de São Paulo

**Projeto Mídias Imigrantes já tem 302 iniciativas cadastradas e pode ser acessado pelo acervo digital do Museu da Imigração**

Com informações do *MigraMundo*

Sites, blogs, páginas em redes sociais, rádios web, periódicos diversos... Esses e outros meios foram e tem sido usados pelas comunidades migrantes para circular informações úteis, divulgar suas atividades, entre outros fins.

Registrar e catalogar a existência dessa diversidade e impedir que ela se perca no tempo e no espaço é o principal objetivo do Projeto Mídias Imigrantes de São Paulo, uma parceria entre o Grupo de Pesquisa Deslocar, da ESPM, e do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

A plataforma foi lançada oficialmente em 18 de dezembro de 2016, aproveitando a data em que é lembrado o Dia Internacional do Migrante. Inicialmente foram 119 ações catalogadas, datadas a partir de 1990, entre sites, vídeos, jornais, rádios web e outros formatos. Atualmente são cerca de 302 iniciativas cadastradas.

A atualização do conteúdo, que é constante, fica a cargo do grupo Deslocar, que integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Consumo (PPGCOM) da ESPM. Já a plataforma em si ajuda a compor e atualizar o acervo digital do Museu da Imigração, por onde pode ser acessada, sobre os meios de comunicação usados pelos migrantes (do passado e do presente).

“Percebemos que os pesquisadores do Museu da Imigração também têm se



Palestrantes e participantes da roda de conversa com comunicadores migrantes realizada em julho na Missão Paz em São Paulo (SP)

preocupado em ampliar sua atuação junto aos grupos migratórios contemporâneos de São Paulo. Nesse sentido, as duas equipes entenderam que seria importante ampliar o acervo digital de mídias de migrantes do Museu (com edições entre os anos de 1886 e 1987), especialmente no sentido de recolher e registrar a memória de um amplo universo de mídias produzidas e difundidas pelos grupos migratórios contemporâneos” explica a professora Denise Cogo, professora do PPGCOM-ESPM e coordenadora do grupo”.

A plataforma Mídias Imigrantes de São Paulo foi um dos assuntos tratados durante uma roda de conversa com comunicadores migrantes realizada em 1º de julho deste ano, em São Paulo, na Missão Paz. A ideia era divulgar a existência dessa ação e seu funcionamento junto a outros comunicadores migrantes, para que eles também possam se apropriar dela –

utilizando-a para pesquisa e para registro de seus próprios veículos de comunicação.

Através dos meios de comunicação criados por migrantes, é possível ainda conhecer outras narrativas sobre as comunidades, que servem de contraponto às abordagens vistas em geral nos grandes meios de comunicação comerciais. Uma tarefa que pode ser facilitada com a existência de iniciativas como a plataforma Mídias Imigrantes de São Paulo.

“[É preciso] Humanizar as matérias. Cabe a nós, profissionais de comunicação, que estamos começando no ambiente, pensar se entramos no mercado para melhorar o mundo ou para manter ele do jeito que está”, refletiu o comunicador boliviano Antonio Andrade, idealizador e editor dos portais Bolívia Cultural e Planeta América Latina, sobre a importância das mídias imigrantes. Os dois portais, inclusive, estão entre os veículos registrados na plataforma.

# Agenda

## NACIONAL

### Seminário Migração, Refúgio e Direitos Trabalhistas

• 2 de agosto – Auditório da Fundação Cultural - Foz do Iguaçu (PR)

### Projeto Migrar com Direitos: Curso de Cidadania para Multiplicadores Comunitários Migrantes e Refugiados

• 18 e 19 de agosto – Auditório da União Geral dos Trabalhadores (UGT) - São Paulo (SP)

### IX Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello – ACNUR e III Conferência Latino-Americana sobre Refúgio, Migração e Apatridia

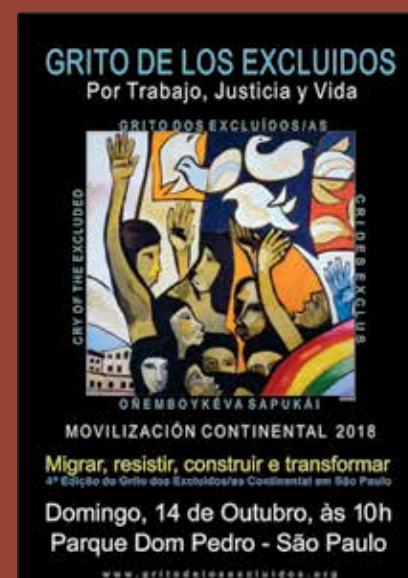
• 12, 13 e 14 de setembro - Faculdade de Direito da UFPR – Curitiba (PR)

### Curso Co-Criando Inovação: Migração, Refúgio e Empreendedorismo

• 15, 21, 23 e 29 de setembro – São Paulo (SP)

### 4ª edição do Grito dos Excluídos/as Continental

• 14 de outubro às 10h – Parque Dom Pedro II – São Paulo (SP)



## INTERNACIONAL

### Fórum Social Mundial das Migrações

• 2 a 4 de novembro – Cidade do México, México

### Cúpula de Caravanas Migrantes e Mães de Migrantes Desaparecidos

• 2 a 4 de novembro 2018 - no Fórum Social Mundial das Migrações - México

### Reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial das Migrações

• 5 ou 6 de novembro (a confirmar) - no marco do 50º aniversário da massacre de Tlatelolco – México

### Marcha “Stop de Wall”

• 9 de novembro de 2018 - na fronteira México-EUA

Para saber mais detalhes da nossa programação, acompanhe o CDHIC pelo endereço: [www.cdhic.org.br](http://www.cdhic.org.br) e pelo Facebook / [centrodedhecidadania.doimigrante](https://www.facebook.com/centrodedhecidadania.doimigrante)